

---

# Programa Vilas Rurais: Retorno do Trabalhador Rural ao Campo ?

Alice Yatiyo Asari\*

Karina Furini da Ponte\*\*

## RESUMO

O trabalho em foco é um estudo do processo migratório e da ação governamental para a contenção das migrações internas do Norte do Paraná. O objetivo deste trabalho foi de investigar a trajetória de vida das famílias moradoras da Vila Rural Taquara do Reino e as causas de seus deslocamentos, sendo importante ressaltar que o público alvo do Programa Vilas Rurais são os trabalhadores rurais volantes (bóias-frias). Para a contenção das migrações desta população o governo do Estado implantou o Programa Vilas Rurais, que tem como objetivo propiciar ao trabalhador rural volante um lote de 5000m<sup>2</sup> com uma casa e infra-estrutura para poder assim retornar ao campo. Para a execução do trabalho foram realizadas leituras e discussões acerca da temática estudada, além de trabalhos de gabinete e de campo. Como resultados, verificamos que a maior parte dos moradores está satisfeita por conseguir um lote com uma casa, mas por outro lado são obrigados a procurar ocupações fora do lote, pois, este não oferece meios para a sobrevivência necessária, além do que faltam incentivos governamentais para produzirem dentro dele.

**PALAVRAS-CHAVE:** vila rural, migração, modernização da agricultura, bóia-fria.

O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranqüila nostalgia ou saudade da terra. (SAYAD, 2000, p. 11)

## INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório, nos últimos tempos, tem tomado dimensões tais que tem sido objeto de pesquisa por parte de estudiosos de população e áreas afins, assim como tem sido destaque na mídia e nas discussões sobre o cotidiano, empreendidas pelo público em geral.

Os dados censitários têm demonstrado que, a partir da década de 1970, o Brasil

tem apresentado uma diminuição significativa da população rural, a qual decorreu das transformações sofridas pelo campo, no contexto da denominada "modernização conservadora". Assim sendo, o governo do Estado do Paraná, estimava em 400 mil trabalhadores rurais, sendo 275 mil bóias-frias, no ano de 1995, que se dirigiram para os centros urbanos e regiões de fronteiras agrícolas.

Portanto, no presente estudo em que analisamos o "retorno" do trabalhador rural ao campo, utilizamos dois enfoques: o primeiro trata do processo de modernização da agricultura paranaense que resultou no deslocamento espacial de milhares de pessoas em condições de grande pauperismo, e, o segundo, o estudo de caso de uma Vila

---

\* Professora da Universidade Estadual de Londrina. Departamento de Geociências. E-mail: yasari@ldapalm.com.br

\*\* Aluna-bolsista do CNPq-PIBIC, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências

Rural – Taquara do Reino, localizada em Ibitiporã – Pr. O Programa Vilas Rurais é uma iniciativa do Estado paranaense, que visa o “retorno” do trabalhador ao campo. Somos cientes de que o retorno, como afirma Sayad (2000, p.11) não significa que encontrarão a área rural nas mesmas condições deixadas há três décadas, pois “o passado, que é o ‘ter-estado’ não pode jamais tornar-se novamente presente e voltar a estar-no-presente, pois a irreversibilidade do tempo não o permite”, mas sim que propicia aos excluídos da terra a oportunidade e as condições para ter acesso a uma casa e a um pequeno lote.

Assim sendo, trataremos do processo de modernização da agricultura paranaense que visava, primordialmente, o aumento da produtividade, mediante a capitalização do campo e no item seguinte, por paradoxal que aparente, o “retorno” a um tipo de exploração agrícola que tem por característica o trabalho familiar, significando também o “retorno” dos que foram “expulsos” pela modernização, o caso das Vilas Rurais.

#### MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO PARANAENSE

O processo de modernização da agricultura paranaense estava latente desde os anos 60 devido a erradicação do café na região Norte do Paraná, mas, se configurou a partir da década de 1970.

A introdução tecnológica no cenário agrícola veio imposta pelo complexo agroindustrial, dominado por interesses internacionais como afirma Fleischfresser (1988, p.15):

O tipo de tecnologia introduzida na agricultura brasileira e paranaense surgiu a partir da constituição desse complexo ao redor do setor agrícola, quando as indústrias passaram a impor a tecnologia utilizada e a exigir produtos padronizados e em larga escala.

Observemos que a modernização agrícola surgiu como um elemento relevante para se conseguir da agricultura produtos para abastecer a indústria e através da tec-

nologia melhorá-los e padronizá-los para poder competir com o mercado externo, e por outro lado o campo tecnificado requeria insumos, adubos e equipamentos obtidos das indústrias.

Segundo o estudo do Ipardes (1982), no interior deste setor industrial, o líder era o agroalimentar, representado pelo complexo oleaginoso da soja e que foi o produto que introduziu as inovações, conhecido como o veículo da modernização agrícola.

Fleischfresser (1988) ressalta que não foi por causa da soja que modernizaram o Paraná, mas foi devido a ela que muitos proprietários aderiram à tecnificação, pois eles recebiam facilidades creditícias, tinham rentabilidade do capital investido, além de ser um produto com grande mercado consumidor externo e interno.

Assim, a soja foi um produto que cresceu muito nas décadas de 1970 e 1980, tornando-se a principal cultura praticada pela maior parte dos produtores agrícolas.

Com o surto da modernização todo o Estado sofreu alterações, mas foi a região Norte do Paraná que mais apresentou modificações.

Para Fleischfresser (1988), a cafeicultura trouxe para a região um razoável desenvolvimento das forças produtivas, pois contava com um significativo número de produtores capitalistas, tinha infra-estrutura produtiva, meios de transporte, armazenagem, políticas de exportação e movimentos cooperativistas, com isso facilitando a introdução de tecnologias e permitindo a entrada da modernização agrícola. Portanto, foi uma região paranaense que viu sua estrutura agrária modificar rapidamente a fim de atender ao mercado capitalista de produção e também sofreu a perda de grande parte da sua população rural.

A introdução tecnológica no cenário agrícola trouxe várias conseqüências que, pouco a pouco, foram modificando as relações da agricultura, alterações estas de caráter econômico, social, político.

No conjunto das relações produtivas, segundo Fleischfresser (1988), houve uma mercantilização da produção, na qual to-

dos os produtos originados e destinados ao campo eram controlados pelo mercado capitalista urbano. Com isto, a agricultura se torna um setor subordinado às normas e exigências do mercado, sendo que os produtos a ela destinados têm que obedecer a padronização e qualidade tecnológica para serem aceitos, mas para isto é necessário tecnificar a produção para obter os resultados esperados.

Por outro lado, para se alcançar esta modernização do campo, o agricultor tem que recorrer ao mercado industrial para obtenção dos equipamentos, pesticidas, insumos, os quais geralmente requerem altos custos.

A partir desta questão, consideramos importante analisar a interferência estatal no auxílio à produção dos proprietários agrícolas como, por exemplo, o crédito rural. Como já vimos, as políticas econômicas para o setor agrícola privilegiam as tecnologias e estimulam produtos comercialmente viáveis para a exportação em detrimento dos alimentares, pois estes últimos geram pouca renda. Com o surto da modernização dos produtos exportáveis houve o aumento no crédito rural, embora este se destinasse a proprietários que praticavam culturas modernas e tecnificadas como, por exemplo, os grandes proprietários, com a cultura da soja e do trigo.

Para a obtenção do crédito era necessário, segundo Fleischfresser (1988, p.50), que os agricultores “tivessem terras próprias e de determinada dimensão, ou um contrato formal de arrendamento”, mas havia barreiras contra o pequeno proprietário como

a não existência de agências bancárias em microrregião homogênea pouco dinâmica e também a burocracia bancária tornada propositalmente complicada para justamente evitar atender aos produtores que pouco retorno lhes traria.

Desta forma, eram poucos os que conseguiam os créditos, e este foi um dos motivos que, conforme o Ipardes (1982), eliminou grande número de pequenos proprietários e acelerou a concentração fundiária. Ainda

segundo o Ipardes (1982), o Estado do Paraná era o terceiro em número de créditos obtidos no Brasil durante a década de 1980, portanto, a quantidade poderia ser suficiente para atender boa parte de pequenos, médios e grandes proprietários, mas na verdade se dirigia apenas a esta última classe.

Houve a substituição de culturas alimentares por aquelas que possibilitassem cotação maior no mercado como, por exemplo, a soja e o trigo. Outras alterações causadas pela modernização ocorreram nos tipos de relações de trabalho e de força de trabalho. Segundo Fleischfresser (1988), a partir da década de 1970, ocorreram modificações nas relações de trabalho no campo, havendo uma redução do trabalho familiar e aumento do assalariamento. Dentro do trabalho assalariado, a categoria que mais cresceu foi o temporário, pois, há fases na agricultura que não necessitam de maquinários, utilizando a mão-de-obra humana. Esta preferência se dá no sentido de que o trabalho permanente requer encargos sociais, já os temporários não necessitam, pois esta última categoria, na verdade, é considerada um emprego com contrato, não recebem benefícios, pois isto só ocorre quando perfaz um ano de trabalho. Estes dificilmente ultrapassam quatro meses e quando acontece, são registrados como trabalhadores autônomos, portanto, não recebendo seus direitos.

Os trabalhadores temporários são, na verdade, os chamados trabalhadores rurais volantes, ou bóias-frias; no entendimento de Bastos e Gonzales (1982, p.35)

é o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas e que se desloca continuamente para executar tarefas em regime de empreitada, nas áreas rurais.

Para Gonzales (1982), estes trabalhadores fazem parte de um contingente de pessoas desprovidas de meios de produção necessários à sua sobrevivência e que necessita vender sua força de trabalho para ser utilizada pelo capital.

Com a introdução tecnológica e a concentração fundiária, ocorreu redução no tempo de trabalho, com isso eliminando muitos empregos no meio rural, repercutindo no aumento do trabalho assalariado.

Para Graziano da Silva (1999), dentre as formas de não-emprego, o desemprego tecnológico mostra-se como um dos efeitos perversos da moderna economia, pois, com a mecanização do campo houve uma redução de empregos rurais, ocorrendo assim a liberação de grande contingente destes trabalhadores do campo.

Outra consequência marcada pela modernização foi a concentração fundiária que expulsou os pequenos proprietários de suas terras, pois estes não tinham condições econômicas de competir com a grande produção. Portanto, a tecnificação do campo trouxe o êxodo rural, que surgiu a partir das características citadas anteriormente.

Para Camargo (1960, p.278) o êxodo rural consiste na

liberação da mão-de-obra empregada nas atividades agropecuárias com a consequente transferência para as ocupações extra-agrícolas. É o decréscimo da população rural em benefício da população urbana.

Como afirma Santos (1993, p.10), "o campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos". Observamos então, a expulsão desta camada de origem rural, que se dirigiu, principalmente, para as cidades, as quais vivenciaram um acelerado processo de urbanização sem planejamento, provocando degradações das condições de vida e de sobrevivência desta classe social desprovida de meios de produção.

Santos (1993, p.10) caracteriza esta degeneração das cidades como uma crise urbana, afirmando que "algumas atividades continuaram a crescer ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência".

Outro fato que provocou a transferência dos trabalhadores rurais para a cidade foi o crescente processo de industrialização vivido pelo meio urbano a partir dos anos 1940-50, com isso ativando o processo de urbanização em todo o território. As cidades, com sua recente industrialização necessitavam de braços para trabalhar, atraindo assim, grande contingente de população vinda do campo à busca de melhor remuneração.

Para Camargo (1960, p.109),

a discrepância existente entre os salários pagos na agricultura e os salários pagos na indústria constituem, certamente o fator mais direto da atração que a cidade exerce sobre o rurícola.

Acrescenta Santos (1993, p.09 e 29) que, durante os processos de modernização do campo e da atração da industrialização, ou seja,

entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira e a partir daí a urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana.

Para Baltar; Dedeca & Henrique apud Jannuzzi (2000, p.08),

tal volume de mobilidade não teria significado melhoria efetiva nas condições de vida de uma massa considerável de trabalhadores vindos do campo, para os quais o processo de inserção no modo de vida urbano não foi acompanhado de uma inserção ocupacional adequada, que lhes garantisse o aporte de renda suficiente frente à crescente mercantilização do consumo.

Portanto, observamos que os empregos urbanos não trouxeram a melhoria de vida da população rural e é a partir daí que muitos recorreram a ocupações rurais temporárias (bóias-frias) para poderem garantir sua sobrevivência.

Ao lado do decréscimo da população rural e acréscimo da urbana, podemos verificar outro fenômeno no cenário agrário brasileiro, como afirma Santos (1993) com base no quadro a seguir.

Quadro 1 – População Agrícola e Rural no Brasil.

Décadas	População Agrícola	População Rural
1960	15.454.525	38.418.798
1970	17.581.964	41.064.063
1980	21.163.729	38.566.297

Fonte: SANTOS (1993, p. 31)

Segundo o autor, a população rural corresponde aos que residem e vivem diretamente do trabalho no campo e a população agrícola é aquela que mora fora do meio rural, mas que continua trabalhando no campo, a exemplo dos bóias-frias. Os dados apresentados mostram que houve um aumento da população agrícola nos três decênios considerados, ao passo que o total da população rural sofreu oscilações, em função das mudanças nas relações de trabalho, das transformações no campo e por conseqüência, a transferência para os centros urbanos ou áreas de fronteira agrícola. Notemos que, quando esta população se deslocou para a cidade, não tinha experiência em trabalhos urbanos, constituindo-se numa população de baixa renda, compondo um quadro de exclusão social, espacial e econômica, pois, não tinha acesso a moradia, aos equipamentos urbanos, como saúde e educação.

#### PROGRAMA VILAS RURAIS. O CASO DA VILA RURAL TAQUARA DO REINO-IBIPORÃ-PR.

Com base na situação vivenciada por significativo contingente populacional, visando melhorar as condições de vida destes trabalhadores rurais volantes (bóias-frias), o governo do Estado do Paraná, juntamente com as prefeituras municipais e outros doze órgãos públicos implantaram o Programa Vilas Rurais, objetivando fazê-los retornar ao campo, sem que se desvinculassem, totalmente, do urbano. Este Programa propicia à família do trabalhador rural volante um lote de 5000 m<sup>2</sup>, com uma casa de alvenaria de 44,56 m<sup>2</sup> e com espaço para manter uma

plantação, onde possa retirar produtos para sua subsistência e vender o excedente de sua produção, com isso podendo aumentar sua renda familiar. Conta com infra-estrutura mínima de água, energia elétrica e sistema sanitário.

O Programa Vilas Rurais financia as unidades, em média, por 25 anos, sendo que as famílias contam com carência de 30 meses, período em que pagam taxas simbólicas. Passado este tempo, os “vileiros” passam a pagar prestações no valor de 20% do salário mínimo.

Para a obtenção do lote em uma Vila Rural é necessário que as famílias atendam a certos requisitos como: ser trabalhador rural volante (bóia-fria); ter experiência agropecuária; idade máxima de 55 anos; ser morador do município há 2 anos; não possuir imóvel; exercer atividade remunerada em caráter temporário em áreas rurais; possuir renda familiar de até três salários mínimos por mês; estar morando em subhabitação; ter família constituída, com filhos.

A Vila Rural objeto de nossa análise, denominada Taquara do Reino, localiza-se no município de Ibiporã, região Norte do Paraná, às margens da Rodovia PR-090 sentido Ibiporã- Sertanópolis, a quinze quilômetros de distância do núcleo urbano.

Ela apresenta uma área de 58,35 hectares e é constituída por 86 lotes com 407 moradores.

A partir das entrevistas com 40 moradores da Vila Rural, com os representantes de órgãos públicos ligados ao Programa e as reflexões propiciadas pelas obras relacionadas a problemática, partimos para a análise dos resultados obtidos. Com relação a caracterização dos “vileiros” analisamos a idade, escolaridade, renda e profissão.

Quanto a idade dos moradores verificamos que predomina a população jovem, ou seja, 17% tem entre 10-14 anos e 14% entre 5-9 anos. Considerando-se a PEA (População Economicamente Ativa), temos 58% da população. (Tabela 1)

Tabela 1 – Faixa Etária dos Moradores.

FAIXA ETÁRIA	nº	%
0 - 4 anos	14	08,0
5 - 9 anos	25	14,0
10 - 14 anos	30	17,0
15 - 19 anos	15	08,0
20 - 24 anos	07	04,0
25 - 29 anos	11	06,0
30 - 34 anos	18	10,0
35 - 39 anos	16	09,0
40 - 44 anos	08	05,0
45 - 49 anos	11	06,0
50 - 54 anos	09	05,0
55 - 59 anos	08	05,0
60 - 64 anos	---	
65 - 69 anos	02	01,0
70 - 74 anos	01	00,5
75 - 79 anos	01	00,5
80 anos ou mais	01	00,5
<b>TOTAL</b>	<b>177</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "in loco". Vila Rural Taquara do Reino- Ibiporã 2000

Com relação ao grau de escolaridade, verificamos que a maior parte dos entrevistados, ou seja, 74% possui o ensino fundamental incompleto e 11% é analfabeta. (Tabela 2)

Tabela 2 – Grau de Escolaridade dos Moradores.

GRAU DE ESCOLARIDADE	N.º	%
Analfabeto	017	11,0
Ensino Fundamental Incompleto	115	74,0
Ensino Fundamental Completo	002	01,0
Ensino Médio Incompleto	009	06,0
Ensino Médio Completo	007	05,0
Ensino Superior	--	
Não sabe	005	03,0
<b>TOTAL</b>	<b>155</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "in loco". Vila Rural Taquara do Reino- Ibiporã 2000

No tocante à renda familiar, constatamos que 27,5% recebem três salários mínimos mensais, 22,5% um salário e 20% dois salários, sendo que estes salários variam de

acordo com a época do ano, pois como a maior parte dos moradores possui emprego temporário e ligado ao campo. Estes dependem do calendário sazonal da agricultura e, aqueles que dependem do trabalho não agrícola ou com possibilidade de emprego nestes setores, encontram-se desvinculados do meio urbano pela dificuldade de deslocamento e pela pouca perspectiva de empregos urbanos, devido a instalação de novos equipamentos que necessitam somente de mão-de-obra com maior grau de qualificação. (Tabela 3)

Tabela 3 – Renda Familiar dos Moradores.

RENDA FAMILIAR	Nº	%
Menos de 1 salário mínimo	01	02,5
1 salário mínimo	09	22,5
2 salários mínimos	08	20,0
3 salários "	11	27,5
4 salários "	02	05,0
5 salários "	03	07,5
6 salários "	02	05,0
7 salários "	-	-
8 salários "	-	-
9 salários "	01	02,5
Não sabe	03	07,5
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "in loco". Vila Rural Taquara do Reino- Ibiporã 2000

Através da profissão dos trabalhadores entrevistados, constatamos que 47% executam serviços gerais (bóias-frias, tratoristas, pedreiros) e 30% são apenas bóias-frias. (Tabela 4). Assim, verificamos que a maior parte dos moradores da Vila Rural depende do trabalho tanto rural quanto urbano, pois a principal fonte de renda dos moradores está no trabalho realizado fora do lote, uma vez que a produção destes ainda é insuficiente tanto para o consumo como para a geração de renda. Para o trabalho rural volante, o período de maior concentração de trabalho fora do lote são os meses de maio a agosto que correspondem à colheita do café. No período que vai de janeiro a abril, acontece a capina da soja, a "catação" de milho e a "arruação" de café. O período de setembro a dezembro são os meses de maior dificuldade para conseguir trabalho, que correspondem à época de preparação

da terra e plantio que é feito por máquinas, excluindo a necessidade de mão-de-obra.

Para os trabalhadores que estão vinculados aos serviços gerais, há uma variante neste contexto, pois no período de setembro a dezembro, o trabalho é mais freqüente, correspondendo inclusive à época que conseguem auferir maior renda.

Tabela 4 – Profissão dos Moradores.

PROFISSÃO	Nº	%
Serviços Gerais	40	47,0
Bóias-frias	26	30,5
Faxineira (diarista)	04	4,7
Pedreiro	04	4,7
Pintor	02	2,4
Costureira	02	2,4
Feirante	02	2,4
Zeladora	02	2,4
Operário	02	2,4
Doméstica (mencalista)	01	1,1
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "in loco". Vila Rural Taquara do Reino- Ibiporã 2000

A partir das tabelas 1 a 4, notamos que 58% dos vileiros estão aptos para o mercado de trabalho urbano; possuem baixa escolaridade, o que pode indicar a falta de qualificação profissional e educacional, resultando posteriormente no tipo de profissão não qualificada e conseqüentemente na baixa remuneração, pois atualmente, o mercado remunera melhor os trabalhadores qualificados. Desta maneira, percebemos que muitos deles vivem em precárias condições de vida econômica, desempregado ou subempregado.

Quanto aos deslocamentos dos moradores, verificamos que 84,5% dos entrevistados são naturais do Estado do Paraná, sendo que 57,3% dos paranaenses nasceram em Ibiporã, 11,3% em Londrina e 6% em Assai, ou seja, em cidades próximas a Ibiporã. Em segundo lugar vem os do Estado de São Paulo com 5,6% dos entrevistados.

Constatamos ainda que 86,6% dos deslocamentos ocorreram dentro do Estado do Paraná, principalmente, nas cidades de Ibiporã com 47,9% das vezes e nas cidades

próximas como Londrina, Assai, Cambé, seguido do Estado de São Paulo com 7% dos deslocamentos.

Verificamos, a partir dos dados coletados, que a maioria dos "vileiros" é originária dos municípios do Norte do Estado do Paraná como Ibiporã, Londrina, Assai, Jataizinho, sendo oriundos, principalmente, da zona rural e com ocupações agrícolas. Até a década de 1970, estas famílias residiam no meio rural e a partir desta década começou a ocorrer o deslocamento das famílias para outros municípios ou Estados, em busca de melhores condições de vida e emprego. Notamos que a partir da quantidade de mudanças realizadas, que a média é de 3,6 por família, com tempo de permanência de 8,8 anos em cada localidade.

Segundo o Ipardes (1982), até a década de 1960 o modo de vida paranaense era basicamente agrícola e, na década de 1970, com a modernização da agricultura e o desenvolvimento industrial houve a expulsão de grande contingente de mão-de-obra dirigindo-se tanto para as cidades como para outros centros rurais à procura de empregos.

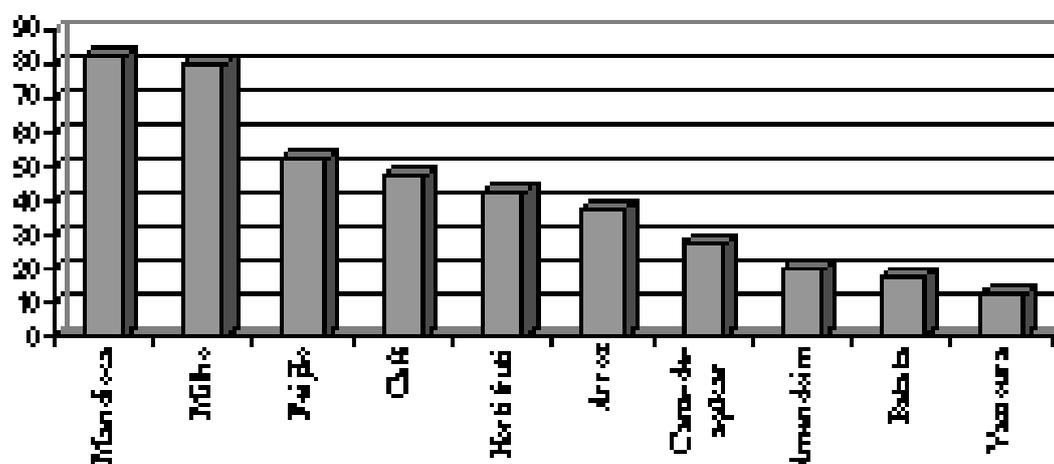
Bastos (1982, p.411) analisando as transformações do Estado do Paraná ressalta que

a intensidade do processo de capitalização do campo paranaense materializa-se a partir dos anos 70 na dependência da agricultura com relação a insumos industriais, na destinação crescente de grandes áreas a cultivos de exportação e no aumento da concentração fundiária. Estas tendências resultam em profundas alterações nas relações sociais de produção que refletem não apenas no intenso movimento migratório intra-estadual, mas em processos de verdadeira renovação da população rural do Estado.

Desta forma, grande parte das famílias expropriadas de suas terras, se submeteu à ordem capitalista, tornando-se trabalhadores rurais volantes (bóias-frias), pois, sem experiência em trabalhos urbanos e pouca escolaridade ficaram sem outra opção dentro de um quadro de transformações, predominantemente, mecanizadas e que exigiam trabalhadores especializados.

Com relação a produção agrícola nos lotes da Vila Rural, constatamos que os produtos mais cultivados são a mandioca

com 82,5%, o milho com 80% e o feijão com 52,5%, ou seja, produtos básicos que se destinam para a alimentação, para a sua subsistência.(Figura 1)



Fonte: Pesquisa "in loco". Vila Rural Taquara do Reino- Ibiporã 2000

Figura 1 – Produtos cultivados nos lotes, por família.

Observamos que, no interior dos lotes, há uma variedade de produtos cultivados, mas em pequena quantidade devido ao tamanho destes, podendo-se caracterizar como sendo uma produção para consumo próprio.

Dentre as principais motivações que levaram os entrevistados a ingressar na Vila Rural, 60% apontaram a necessidade e o desejo de ter casa e terra para produzir. (Tabela 5).

Tabela 5 – Motivo do Ingresso na Vila Ru-

INGRESSO NA VILA RURAL	Nº	%
Para ter casa, terra e para produzir	24	60,0
Para livrar do aluguel	06	15,0
Buscar melhores condições de vida	06	15,0
Por falta de emprego	02	05,0
Não responderam	02	05,0
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "in loco". Vila Rural Taquara do Reino- Ibiporã 2000

Fica explícito, nesta tabela, que os beneficiados pelo programa não consideraram apenas a terra e a produção agrícola como fator primordial para sua vida, mas a necessidade de ter uma casa para morar, pois muitos, anteriormente, não tinham nem habitação nem emprego.

Através da Tabela 6, verificamos que 50% dos moradores afirmaram ter recebido auxílio governamental apenas no início, com mudas de plantas e sementes de milho, mas hoje, não mais recebem ajuda; 47,5% disseram que nunca receberam ajuda.

Tabela 6 – Ajuda do Governo.

AJUDA DO GOVERNO	Nº	%
Sim	20	50,0
Não	19	47,5
Não sabe	01	02,5
<b>SUBTOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>
TIPOS DE AJUDA*	Nº	%
Receberam sementes de milho	14	35,0
Receberam mudas de plantas	08	20,0
Receberam materiais de construção	03	07,5
Receberam assessoria do governo	03	07,5
Receberam o paiol	02	05,0
Receberam estas básicas	02	05,0
Receberam cursos	02	05,0
Receberam atendimento de saúde	01	02,5
Receberam adubos	01	02,5
Receberam utensílios domésticos	01	02,5
Receberam casa	01	02,5
Não responderam	18	45,0
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>--</b>

\* Respostas múltiplas/Base de cálculo: 40

Fonte: Pesquisa "in loco". Vila Rural Taquara do Reino- Ibiporã 2000

Com relação à satisfação com o Programa, 82,5% dos entrevistados opinaram que estão satisfeitos e, destes, 45% afirmaram que a satisfação se deve à aquisição do lote, ao passo que 10% não estão satisfeitos. (Tabela 7)

Tabela 7 – Satisfação dos Moradores em Relação ao Programa.

SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA	Nº	%
A) Sim	33	82,5
1. Sim (sem justificativa)	18	45,0
2. Agora tem casa e lote	13	32,5
3. Está em um local tranquilo	02	05,0
B) Não	04	10,0
1. Não	04	10,0
Não respondeu	03	07,5
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "in loco". Vila Rural Taquara do Reino- Ibiporã 2000

Com relação às perspectivas dos moradores, 30% dos entrevistados responderam que elas foram atingidas, pois, destes 10% conseguiram ter sua plantação e 5% referiram-se ao ganho de terra e casa, enquanto que 30% afirmaram que não atingiram as metas programadas. (Tabela 8)

Tabela 8 – Perspectivas dos Moradores.

PERSPECTIVAS ATINGIDAS	Nº	%
A) Sim	12	30,0
1. Queria plantar	04	10,0
2. Sim (não especificou)	03	7,5
3. Agora tem casa e terra	02	5,0
4. Agora sobra mais dinheiro	01	2,5
5. Lugar tranquilo e seguro	01	2,5
6. Agora é autônomo	01	2,5
B) Não	12	30,0
1. A vida não melhorou	06	15,0
2. Não conseguiu produzir o que queria	04	10,0
3. Faltam recursos e incentivos	02	5,0
Não respondeu	16	40,0
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa "in loco". Vila Rural Taquara do Reino- Ibiporã 2000

À vista dos dados apresentados, verificamos que a maior parte dos "vileiros" está satisfeita com o Programa. Houve a

melhoria na qualidade de vida e podem se dedicar às atividades ligadas à terra. Possuem casa e um local tranquilo para viver, interrompendo-se assim os deslocamentos espaciais, pois a estabilidade foi conseguida com o acesso a casa e ao lote. O auxílio do governo também foi importante para se estabelecer no lote, assim como a Associação dos Moradores, recém-legalizada, buscou lutar pelo atendimento às reivindicações das famílias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, verificamos que, para a maior parte dos moradores, o Programa Vilas Rurais proporcionou melhores condições de vida, pois conseguiram um lote com uma casa e espaço para suas plantações, porém o que se necessita são incentivos do governo para praticarem sua agricultura. Como afirma Sérgio Gutierrez, coordenador técnico da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná, a Vila Rural ameniza a pobreza das pessoas, mas não garante o futuro, pois as famílias não têm opção de trabalhar dentro das Vilas Rurais por falta de condições econômicas (incentivos) e físicas (tamanho do terreno).

Constatamos, no quadro da mobilidade espacial, que a maior parte dos moradores da Vila Rural viveu em zona rural grande parte da vida, cujos deslocamentos ocorreram devido à mecanização do campo, ocasião em que foi liberado um enorme contingente de mão-de-obra não capacitada para trabalhos urbanos.

Na análise dos deslocamentos ocorridos vimos que estas se deram em grande escala devido a busca de melhores condições de vida e ocorreram, principalmente na área de abrangência do Norte do Paraná, mais especificamente nos municípios próximos a Ibiporã, que é o município onde se localiza a Vila Rural Taquara do Reino.

Percebemos também que a Vila Rural é propagada pelo governo do Estado como um tipo de reforma agrária, quando na verdade trata-se de um programa destinado a

resolver as questões de habitação, ou seja, retirar a população rural pauperizada da cidade, reduzindo o “inchaço” dos centros urbanos e servindo como reserva de mão-de-obra tanto para o trabalho agrícola como para o urbano. Na reforma agrária, os trabalhadores sobrevivem do trabalho com a terra, já na Vila Rural ela é apenas um incremento ou muitas vezes nem isto, pois não podem dedicar tempo suficiente para nela produzir.

Com esta propaganda de uma nova reforma agrária o governo do Estado pretende demonstrar que há um tipo de processo no qual não há necessidade de lutar e ocupar como faz o MST (Movimentos dos Sem Terra), podendo-se conseguir a terra a partir da inscrição no Programa que está se espalhando por todo o Estado e que irá atender parte dos trabalhadores rurais volantes. Mas, na verdade, este não atende adequadamente os anseios dos trabalhadores expropriados do campo, pois, como já ressaltamos, a pequena área não permite sobreviver com a produção, sendo necessário o trabalho fora do lote.

Consideramos que outro objetivo do governo do Paraná é mostrar que há uma alternativa mais barata e sem desapropriar grande extensão de terra para fins de reforma agrária, com isso resolverá o problema dos sem-terras utilizando a Vila Rural como um programa que dê visibilidade às ações do Estado. Assim, o Programa Vilas Rurais é mais uma alternativa para tentar eliminar os problemas causados pelo afluxo da população aos centros urbanos, proporcionando habitação e não condições de sobrevivência para as famílias de trabalhadores rurais em seu próprio lote, pois este, se mostra insuficiente, necessitando trabalhar em outras ocupações.

Quanto ao retorno ao campo, há que se levar em conta as ponderações de Sayad (2000, p.12):

Em verdade, a nostalgia não é o mal do retorno, pois, uma vez realizado, descobre-se que ele não é a solução: não existe verdadeiramente retorno (ao idêntico). Se de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço

se presta bem a esse ir e vir, de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento, nem reencontrar na mesma situação, os lugares e os homens que se deixou, tal qual se os deixou..

Nesta mesma perspectiva, Martins (1986, p. 45), ao tratar das migrações internas temporárias, já se perguntava:

Retornar para onde? Para quem? Sociologicamente, o migrante temporário, ao retornar, já não é o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. O que encontra, quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra, porque já é outro, procurando ser o mesmo.

Estas considerações sobre a questão do retorno ao local de origem, guardam similitudes com o que tem ocorrido aos “vileiros”, que podem ter vislumbrado a possibilidade de reencontrar o campo que está no seu imaginário, que, concretamente, se restringe a uma casa, a um lote de meio hectare e a um grupo de famílias tão ou igualmente carente dos requisitos mínimos para sua sobrevivência, sem os laços que possam estruturar uma comunidade rural.

Na hipótese de se consolidarem os laços entre os “vileiros”, estes não serão iguais aos deixados quando da mudança para a cidade. Os próprios homens e lugares não serão os mesmos, pois as transformações atingiram a todos. As indagações que ficam são as seguintes: quais os reflexos do retorno ou da fixação dos trabalhadores rurais no campo? Houve melhoria na qualidade de vida dos seus moradores? Que futuro terão as Vilas Rurais?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, M. I. Estrutura agrária e movimentos populacionais: o caso do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., 1982, Vitória-ES. Anais... São Paulo: ABEP, 1982. 654 p. p. 411-413

BASTOS, M. I.; GONZALES, E. N. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: UNESP. Departamento de Economia Rural. Mão-de-obra volante na agricultura. São Paulo: Polis, 1982.

CAMARGO, J. F. Êxodo Rural. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

FLEISCHFRESSER, V. Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Livraria do Chain: Concitec: Iparades, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, J. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999

IPARDES. Fundação Edison Vieira. O Paraná: economia e sociedade. Curitiba: Iparades, 1982.

JANNUZZI, P.M. Migração e mobilidade social. migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas: Autores Associados, 2000

MARTINS, J.S. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAYAD, A. O retorno. Elemento constitutivo da condição do imigrante. Travessia, Ano XII, jan. 2000

---

## Vilas Rurais Program: The Return of the Country Worker to the Field?

### ABSTRACT

The work in focus aimed to develop a study of the migration process and the governmental procedure related to the restraint of the intern migrations in the North of Parana. The aim of this work was to investigate the life course of the families resident of Vila Rural Taquara do Reino and the causes of their dislocations. It is important to stand out that the focused public of the Vilas Rurais Program are the errant country workers (red neck). In order to restrain these family migrations, the State government implanted the Vilas Rurais Program aiming to offer the errant country workers a 5000m<sup>2</sup> allotment with a house, and substructure for them to return to the field. Readings and discussions related to the subject were carried out in order to develop this work, yonder office and field works. As result, we noticed that the majority of the resident is satisfied in achieving an allotment with a house, but on the other hand it is necessary to look for other occupations out of the allotment since it doesn't offer means for a necessary survival.

**KEY-WORDS:** vila rural, migration, agriculture modernization, errant country worker.